

Conferência Episcopal Portuguesa

185.ª Assembleia Plenária, 10-13 de novembro de 2014

Discurso de abertura

Senhor Núncio Apostólico, caros irmãos no Episcopado e demais participantes nesta Assembleia Plenária da CEP:

Saúdo-vos vivamente a todos e cada um, na estima fraterna com que prosseguimos o serviço eclesial que nos incumbe. Saúdo particularmente o Senhor D. João Marcos, que o Papa Francisco nomeou recentemente bispo coadjutor de Beja: muito ganharemos com a sua participação nesta Conferência, que bem conhece e aprecia as suas qualidades humanas e sacerdotais. Saúdo igualmente o Senhor D. António Moiteiro, entretanto nomeado bispo de Aveiro, desejando-lhe um feliz e fecundo ministério. E lembro com saudosa gratidão o Senhor D. Eurico Dias Nogueira, arcebispo emérito de Braga, que Deus chamou para Si depois dum longo e aplicado ministério episcopal, em Moçambique, Angola e Portugal, do Concílio Vaticano II aos nossos dias. Memória feliz e agradecida também para o Papa Paulo VI, que foi peregrino de Fátima e agora nos acompanha na bem-aventurança, com a sua intercessão.

Reunimo-nos num momento forte da vida da Igreja e da sociedade que integramos. Na Igreja, o Santo Padre chama-nos à reflexão sobre a temática fundamental da família, cuja centralidade temos de reconhecer e promover nas comunidades cristãs, para assim mesmo contribuirmos para idêntico reconhecimento por parte da sociedade em geral.

Se, por um lado, as dificuldades económicas e até a indefinição cultural atingem hoje as famílias, fragilizando a sua constituição e manutenção, por outro, elas revelam-se em muitos casos como único sustentáculo de tantas existências e subsistências pessoais que não encontram outro ponto de apoio material e afetivo. Tudo somado, creio

que, apesar de tanta indefinição, cultural e até legal, a seu respeito, a família evidencia-se hoje com uma inegável força intrínseca que só espera o reconhecimento público equivalente, para poder render “a cem por um” e em benefício de todos.

Idêntica no essencial da complementaridade homem – mulher, geradora de vida; e no atual contexto, que a torna mais nuclear, urbana, móvel e dispersa: a família evidencia-se como base inultrapassável da solidariedade geral. Conte a sociedade com a Igreja, para progredir nesse sentido; comprometamo-nos nós ainda mais, para fazermos das nossas comunidades cristãs autênticas “famílias de famílias”, como insistia São João Paulo II.

A Assembleia que agora iniciamos tratará alguns assuntos de grande oportunidade eclesial, como sejam o seguimento da reflexão sinodal sobre a Família e o Ano da Vida Consagrada. Refletirá também sobre temas pastorais de especial relevo, como o Escutismo Católico e os Centros Sociais Paroquiais, entre outros. Detenho-me um pouco na Família e na Vida Consagrada:

Do que se pensou e disse no Sínodo de há um mês dá boa e exata conta a *Mensagem dos padres sinodais às famílias cristãs e ao mundo inteiro*, muito propositadamente intitulada *Uma casa com a porta sempre aberta* (*L'Osservatore Romano*, ed. port., 23 de outubro, p. 7).

Detém-se em vários tópicos, como os que seguem: reconhecimento da situação atual das famílias, com dificuldades acrescidas; reforço da identidade da família cristã e da urgência em acompanhá-la mais de perto e continuamente; reflexão sobre casos problemáticos, entre os quais o dos divorciados recasados.

A *Mensagem* agradece «aos pastores, aos fiéis e às comunidades que estão prontos para acompanhar e assumir as dilacerações interiores e sociais dos casais e das famílias». Em relação ao casal, lembra que «o itinerário começa com o noivado, tempo de espera e de preparação. E cumpre-se totalmente no sacramento onde Deus põe o seu selo, a sua

presença e a sua graça. [...] Por sua natureza o amor tende a ser para sempre, a ponto de dar a vida pela pessoa que se ama. [...] Este amor propaga-se através da fecundidade e da geração [...]. É ainda capacidade de oferecer vida, afeto e valores, uma experiência possível inclusive a quantos não puderam gerar». E afirma que «o ápice que abrange e resume todos os fios da comunhão com Deus e com o próximo é a Eucaristia dominical».

Como foi amplamente noticiado – com alguma desproporção até, em relação ao lugar que este ponto realmente teve no decurso do sínodo – esboçou-se uma reflexão sobre os divorciados recasados e a respetiva relação com os sacramentos. Ponto que continuará a ser refletido antes e durante o próximo sínodo. Insistiu-se sobretudo no reconhecimento do lugar que, sendo batizados, continuam a ter na Igreja e no acompanhamento que merecem da nossa parte.

Da parte da nossa Conferência Episcopal, a disponibilidade para reforçarmos a atenção à família é total e demonstrada, como na nota pastoral *A força da família em tempos de crise*, que publicámos a 11 de abril de 2013, em trechos como o seguinte: «Não é demais lembrar a responsabilidade que representa a preparação, mais remota e mais próxima, para o casamento. [...] Deve evitar-se que cada família se veja sozinha a enfrentar dificuldades que possam conduzir à rotura. [...] E se é verdade que a Igreja nunca deixará de proclamar a indissolubilidade do casamento, [...] tal não pode significar insensibilidade ou indiferenças perante o sofrimento de quem experimentou um fracasso matrimonial [...]. A Igreja acolhe e acompanha com solicitude essas pessoas».

Outro ponto maior a merecer a atenção desta Assembleia é a vida consagrada, à qual o Papa Francisco dedicou um ano específico, prestes a começar. Referindo-se aos consagrados, refere-se a toda a Igreja, que não os dispensa nem se dispensa deles, muito menos nos tempos que correm.

Na verdade, cada carisma reconhecido traz à vida eclesial o exemplo vivo do seguimento radical de Cristo, estímulo e consolação para todos. Isto mesmo sublinha a Carta circular *Alegrai-vos* da Congregação

para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, de 2 de fevereiro passado: «Num mundo que vive de desconfiança, de desânimo e depressão, numa cultura em que os homens e mulheres se deixam levar por fragilidades e fraquezas, por individualismos e interesses pessoais, é-nos pedido – aos consagrados/as - que introduzamos a confiança na possibilidade de uma felicidade verdadeira, de uma esperança possível, que não se apoie unicamente, nos talentos, nas qualidades, no saber, mas em Deus. [...] Somos chamados a levar a todos o abraço de Deus» (*Alegrai-vos*, 8).

A Igreja reconhece e agradece aos consagrados a continuação nas suas vidas dos respetivos carismas fundacionais, que tanto assinalam, cada um a seu modo, a fecundidade do Espírito para bem da Igreja e serviço do mundo. Por isso mesmo, os Bispos reconhecem os consagrados das suas dioceses como igualmente “seus”, pois que cada Igreja particular ou local se deve tomar como “localização” da Igreja universal, na variedade carismática com que o Espírito a enriquece, para bem de todos.

Neste sentido os estimamos e acolhemos de coração inteiro e participação completa, retomando o que o Concílio Vaticano II afirmou há meio século e tem sido repetido em vários documentos posteriores: «Os religiosos sacerdotes, que se consagram ao ministério do presbiterado [...] podem prestar aos bispos, hoje em dia, um auxílio maior do que nunca, dadas as necessidades cada vez mais prementes das almas. Deve, pois, dizer-se com certa razão que *pertencem verdadeiramente ao clero da diocese* [...]. Do mesmo modo, os outros membros dos Institutos religiosos, que *também pertencem de modo especial à família diocesana*, prestam grande serviço à sagrada Hierarquia, e podem, devem mesmo, aumentá-lo dia a dia, visto que as necessidades do apostolado vão crescendo» (Decreto *Christus Dominus*, 34).

A qualificação “diocesana” da vida consagrada, que o Concílio inclui neste e noutros passos, vai fazendo o seu caminho nas Igrejas particulares. Devemos completá-lo de vez, na fidelidade à eclesiologia conciliar ou, ainda antes, à doutrina paulina dos carismas que, complementares e em conjunto, edificam o corpo eclesial de Cristo (cf. *1 Cor 12*).

Todos os consagrados merecem igual acolhimento diocesano e simultaneamente respeito pela especificidade de modos e fins de cada Instituto. Não apenas pela compensação que possam dar à falta de outros agentes pastorais; mas antes e sobretudo pela radicalização evangélica das suas vidas e a incidência profética do seu modo de estar e intervir na Igreja no mundo.

Junto ainda duas alusões a acontecimentos eclesiais recentes, especialmente relevantes para a nossa Conferência Episcopal. Há poucos dias, realizou-se em Fátima, por iniciativa da Comissão Episcopal da Missão e Nova Evangelização, o primeiro encontro de responsáveis pastorais de várias dioceses e outras realidades eclesiais, para partilhar experiências inseríveis nos “rumos” indicados na nossa nota pastoral de abril de 2013, intitulada *Promover a renovação da pastoral da Igreja em Portugal*. Encontro com boa participação e interesse, poderá tornar-se, ano após ano, num fórum de partilha e consolidação de estratégias pastorais.

Tendo em vista o futuro da iniciativa, atendamos ao seguinte trecho da *Agência Ecclesia* de 5 de novembro: «A seguir ao encontro, D. Manuel Linda [presidente da Comissão Episcopal organizadora] admitiu que numa sociedade “de velha cristandade”, como a portuguesa, em que “teoricamente já todos ouviram falar de Jesus, é mais difícil dizer algo que cative”. Este é um dos desafios, o da novidade. No entanto há ainda “muita gente que não tem conhecimento nenhum de Jesus Cristo”, o que deve levar também a Igreja a trabalhar na sua “dimensão missionária”, acrescentou. [...] “A Igreja Católica pode perder ou ganhar uma pessoa no acolhimento”, alerta, sustentando a importância dos “agentes pastorais” [...] terem sobretudo “muita sensibilidade” no contacto com quem lhes bate à porta. No caso específico dos jovens, o bispo defende que “pela sua linguagem específica e maneira de comunicar, normalmente através das novas tecnologias”, eles podem “ser agentes primordiais da Nova Evangelização, na sua faixa etária».

Destaco estas declarações por serem muito adequadas e precisas no que respeita às *novas dimensões da missão e ao que é específico da nova evangelização*, como a formulou São João Paulo II: «nova no ardor, nova nos métodos e nova nas expressões». Fixando-se aqui, os futuros encontros organizados pela Comissão Episcopal, desenvolverão no seu âmbito próprio os “rumos” que propusemos para a renovação da nossa pastoral, potenciando o trabalho específico das outras Comissões Episcopais.

Também na semana passada, estive em Portugal o secretário da Congregação da Educação Católica, Mons. Zani, visitando a Universidade Católica e, em especial, a Faculdade de Teologia (Lisboa, Porto e Braga). Foi do maior interesse e resultado esta visita, permitindo clarificar e perspetivar a Faculdade: esta poderá prosseguir em três sedes, mas dispondo de, pelo menos, doze docentes doutorados e estáveis em cada uma, o que exigirá nos próximos anos um esforço redobrado, pois só em Lisboa se satisfaz, por enquanto, tal exigência.

O alcance desta meta, para que nos foi dado um tempo razoável, há de inscrever-se numa “estratégia” também teológica da Igreja em Portugal. Proximamente será apresentado à Conferência Episcopal um plano nesse sentido, de que foram incumbidos os diretores das três sedes e o vice-reitor da Universidade Católica, Pe. Tolentino Mendonça.

Do conjunto de temas e resoluções desta Assembleia dará conta o comunicado final, a apresentar na habitual conferência de imprensa de quinta-feira. Até lá, Deus nos inspire e Nossa Senhora de Fátima nos acompanhe, a bem da Igreja e da sociedade que queremos evangelicamente servir.

Fátima, 10 de novembro de 2014

+ Manuel Clemente